



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
<http://www.cecs.uminho.pt>

Fontes Jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo*

Manuel Pinto

Professor Associado

mpinto@ics.uminho.pt

Universidade do Minho
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Campus de Gualtar
4710-057 Braga
Portugal

* Comunicação apresentada no III Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação, realizado na Universidade do Minho, Braga, de 27 a 30 de Outubro de 1999

Este ensaio nasceu de uma necessidade e de um desejo. A necessidade surgiu da consciência do pouco que se havia pesquisado sobre as fontes no nosso país, sendo estas uma dimensão central da compreensão do jornalismo. O desejo surgiu e ganhou expressão não apenas da vontade de estudar e de investigar, mas igualmente de o fazer em grupo, dando na media do possível um mote comum a um grupo de docentes ligados ao jornalismo, mesmo que cada um deles o possa glosar a seu modo.

Os termos de referência no equacionamento das fontes parecia-nos manifestamente insuficiente e pobre, por excessivamente vinculado a uma concepção utilitária e instrumental. Sendo o jornalismo um campo fundamental na produção e reprodução da vida social, tornava-se necessário analisar a relação com as fontes num quadro mais vasto e complexo, que fizesse emergir não apenas as dinâmicas internas ao campo, mas as convergências e as conflitualidades, decorrentes da interacção no sistema social.

Fomos também espicaçados por uma sucessão de casos no panorama português e estrangeiro², que nos fizeram tomar consciência não apenas da importância do problema que pretendíamos estudar, como também do peso de algumas das mudanças ocorridas, de modo especial na última década, no campo jornalístico. De entre estas mudanças, parecemos de referir; a crescente concentração das empresas jornalísticas e mediáticas, inserindo-se em grandes grupos económicos, frequentemente de âmbito internacional; a crescente ‘tabloidização’ da informação, nomeadamente da televisiva, com uma mudança sensível das áreas-chave de cobertura³; e a precarização do trabalho nas redacções e diluição da noção de carreira profissional.

Existe um certo grau de mistério e de magia à volta do problema das fontes do jornalismo. Às fontes de onde nasce a água pura e fresca surge associada a ideia de origem da vida e de

² Alguns exemplos: o caso da Universidade Moderna e da revelação de fontes pelos jornalistas; o caso do Record e da violação do ‘off the record’; o caso Clinton-Lewinski, entre outros dos verificados nos anos mais recentes.

³ Ver, a este propósito, Franklin, 1997 e, quanto ao conceito de ‘tabloidização’, Esser, 1999. Cf. ainda os resultados do estudo publicado pelo Committee of Concerned Journalists (1999), que procedeu a uma análise de conteúdo da oferta informativa nos últimos 20 anos nos EUA. Michael Schudson (1996) nota, por sua vez, que a tendência para a diluição de fronteiras entre notícias e entretenimento tem sido acompanhada e suportada pela diluição entre a vida pública e privada, no quadro da qual “já não há consenso acerca daquilo

fecundação, mesmo, ou sobretudo, quando já não se vai à fonte, mesmo quando as fontes deram origem a fontanários e a redes de distribuição domiciliária. Do mesmo modo, no terreno da informação mediatizada, a sofisticação que conhece nos nossos dias o abastecimento noticioso das redacções pode levar a mitificar as fontes jornalísticas e a relação dos jornalistas com elas e delas com os jornalistas.

Torna-se, assim, necessário começar por proceder a uma demarcação face àquilo que poderíamos designar como *concepções naturalistas das fontes*. É verdade que, como escreveu López-Escobar (1988: 521), “as fontes têm o poder de manar, de continuar manando e de deixar de manar”. Mas não se encontram por aí, na lisa planície verde ou no côncavo da encosta arborizada, nascidas do nada, à espera de visita, quem sabe, de algum romance. As fontes são pessoas, são grupos, são instituições sociais, ou são vestígios - discursos, documentos, dados - por aqueles deixados ou construídos. As fontes remetem para posições e relações sociais, para interesses e pontos de vista, para quadros espaço-temporalmente situados. Em suma, as fontes a que os jornalistas recorrem ou que procuram os jornalistas, são fontes interessadas, quer dizer, implicadas em tácticas e estratégias determinadas. E se há notícias isso deve-se, em grande medida, ao facto de haver quem queira que certos factos sejam tornados públicos (Gomis, 1991: 59).

Outra forma de abordar a interacção fontes-jornalistas consiste em tipificar e classificar os diferentes tipos de fontes. As taxonomias daí resultantes são vastas e naturalmente vinculadas a perspectivas e interesses distintos. Teríamos, assim:

- segundo a natureza, fontes pessoais ou documentais; públicas ou privadas
- segundo a duração, fontes episódicas ou permanentes;
- segundo o âmbito geográfico, fontes locais, nacionais ou internacionais;
- segundo o grau de envolvimento nos factos: oculares / primárias ou indirectas / secundárias;
- segundo a atitude face ao jornalista, fontes activas (espontâneas, ávidas) ou passivas (abertas, resistentes) (Camino Marcet, 1997; Borrat cit in Bezunarte et al.1998, p81-82);
- segundo o estatuto de visibilidade exigido, fontes assumidas ou fontes confidenciais;

que é mencionável na esfera pública relativamente ao que não é”. Refira-se, enfim, a sugestão de Ramonet (1999) de que a esfera da comunicação tende a absorver a da informação.

- segundo a metodologia ou a estratégia de actuação, fontes pro-activas ou reactivas (McNair, 1998, 147-150), preventivas ou defensivas.

Este modo de abordagem permite-nos fundamentar a ideia de que estamos perante um vastíssimo campo, que extravasa os próprios ‘territórios’ delimitados pelos conceitos definidores da polaridade fontes - jornalistas, o que não deixa de se revestir de significado e alcance. Mas não nos ajuda decididamente a criar um quadro de compreensão dinâmico e contextual não apenas da relação interna ao binómio considerado, como também das interacções com o sistema social mais vasto.

Ainda dentro desta mesma orientação classificatória podemos considerar também incluídas as abordagens que, em lugar de tipificar as fontes, procuram antes catalogar e analisar os problemas que emergem da acção social dos jornalistas, das fontes ou da relação entre as duas partes. Encontramos, nesta linha, tópicos como as fugas de informação, o recurso às fontes anónimas ou aos disfarces para obtenção de informação; a instituição e prática do ‘off the record’ e do embargo; os cuidados a ter com os rumores e boatos; os problemas suscitados pelo recurso sistemático às sondagens; o direito dos jornalistas à protecção das suas fontes de informação; as implicações da informação-espectáculo, dos pseudo-eventos e do recurso cada vez mais frequente ao directo em rádio e televisão, isto para dar apenas alguns exemplos em torno dos quais se centram com mais frequência e atenção os debates públicos e mesmo os manuais de jornalismo⁴. Predomina, neste ângulo de abordagem, uma orientação normativa, nas suas vertentes jurídico-legal e ético-deontológica que constitui claramente uma dimensão fulcral da relação entre as fontes e os jornalistas, a qual, todavia, só adquire toda a sua amplitude e alcance quando confrontada com os fundamentos que a sustentam.

Poder-se-ia, finalmente, fazer alusão a um modo de analisar o tema aqui em apreciação de um *ponto de vista funcional e utilitário*. Que procuram as fontes, quando buscam a atenção

⁴ Não deixa de ser sintomático que outros tópicos porventura não menos relevantes, como seja os direitos das fontes, os media enquanto fontes de outros media, as cartas ao director enquanto forma de acesso aos media, mereçam substancialmente menos atenção, nos debates e nos estudos, neste campo. Sobre os direitos das fontes, veja-se no Observatório da Imprensa (ou no Instituto Gutenberg?). Para o tema dos media como fontes dos outros media e das questões assim suscitadas, veja-se o tópico ‘La Circulation circulaire de l’information’ no trabalho de Pierre Bourdieu ‘Sur la Télévision’ (1996, pp. 22-29. Finalmente, importa

dos media ou os jornalistas quando recorrem às fontes? Que motivações as conduzem? Que objectivos e finalidades perseguem? Recorrendo quer ao discurso corrente quer aos resultados de pesquisas empíricas, sublinha-se, assim, que as fontes procuram todos ou pelo menos alguns dos seguintes objectivos; a visibilidade e atenção dos media; a marcação da agenda pública e a imposição de certos temas como foco da atenção colectiva; a angariação de apoio ou adesão a ideias ou a produtos e serviços; a prevenção ou reparação de prejuizos e malefícios; a neutralização de interesses de concorrentes ou adversários; a criação de uma imagem pública positiva, ec.

Por sua vez os jornalistas buscariam a obtenção de informação inédita; obtenção de confirmação ou desmentido para informações obtidas noutras fontes; dissipação de dúvidas e desenvolvimento de matérias; lançamento de ideias e debates; fornecimento de avaliações e recomendações de peritos; atribuição de credibilidade e de legitimidade a informações directamente recolhidas pelo repórter.

Vários destes aspectos surgem referidos em trabalhos relevantes para o campo (veja-se, por exemplo, Ericson et al. 1989, pp. 4 e 25), mas elencados do modo como acabamos de fazer, levantam várias dificuldades que nao podem deixar de ser examinadas. Uma delas é a de criar a ideia de que, por esta via, obtemos respostas a problemas que ainda nem sequer chegaram a ser formulados. A que nos parece, no entanto, mais importante refere-se ao facto de se fazer passar subrepticamente a ideia de que as fontes e os jornalistas são realidades uniformes, homogéneas. Ora, na esteira de Ericson (id.:24) fontes e jornalistas parecem estar ligados por relações que pressupõem diferentes níveis de variação, os quais dependem do tipo de organização das fontes e do tipo de organização das notícias. “Fontes diferentes apresentam requisitos diferentes, em termos de exposição e de reserva de conhecimento” (ibid.). De resto, e como observou Bourdieu (1996:22), “o jornalista é uma entidade abstracta que não existe”; o que existe são jornalistas de diferentes idades, de um e de outro sexo, com diversos graus de formação, diversos estatutos na profissão e trabalhando em quadros institucionais bastante distintos.

referir que o importante estudo de Ericson et al., publicado em 1989, tomou as cartas ao director como um dos campos da análise empírica efectuada (cf. especialmente pp.31-32 e sobretudo 338-376.

Uma das vias que nos pareceu mais produtiva para nos adentrarmos na reflexão sobre a relação entre as fontes e os jornalistas foi a via das perguntas. E desde logo esta: como explicar a atenção e o interesse que o tema das fontes suscita, nos debates sobre o jornalismo? Por outro lado, como entender o aparente paradoxo que parece haver entre os debates e as polémicas em torno das fontes e a pouca investigação que tem sido realizada ne âmbito, pelo menos em Portugal, mas aparentemente não só?

Uma possível aproximação à resposta à primeira pergunta reside naquilo a que Carlos Chaparro chamou, recentemente, a “revolução das fontes”, que ele descreve como a sua institucionalização e a sua capacidade de passar à ‘ofensiva’, chagando a marcar a agenda das redacções, tudo fazendo “para que a pergunta do repórter se torne o mais dispensável possível”⁵. Mário Mesquita (1998:91) cita deste Professor da Universidade de São Paulo e colunista da imprensa regional portuguesa a seguinte passagem: “Na minha opinião (...) a mais importante modificação ocorrida nos últimos 40 anos nos processos jornalísticos é a organização e a capacitação das fontes interessadas, produtoras e controladoras de acontecimentos, revelações e falas que alteram, explicam ou desvendam a actualidade”.

De facto, nas últimas décadas com particular acuidade, foram sendo constituídos campos de saber, instituições diversificadas e uma panóplia de profissionais cuja razão de ser e cujo papel consiste precisamente em posicionarem-se como fontes estrategicamente colocadas na órbita dos media e interessadas em serem desses mesmos media fontes privilegiadas. Referimo-nos naturalmente às diversas formas de comunicação institucional, de assessorias de comunicação, de gabinetes de imprensa, de conselheiros de imagem, de porta-vozes e adidos⁶. Há, hoje, claramente instituída, uma vasta e complexa teia de mecanismos e de instituições, cujo propósito assumido é utilizar e, se possível, marcar a agenda dos media, jogar o seu jogo, tirar partido da sua lógica de funcionamento e, por essa via, atingir os objectivos que são, em primeiro lugar, os dos interesses que servem. Sublinhamos aqui a componente mediática dos serviços e departamentos de comunicação e relações públicas

⁵ Trabalho jornalístico do jornalista João Miguel Tavares, em que dá conta da intervenção de Carlos Chaparro nas Conferências da Arrábida (cf. ‘Diário de Notícias’, 16 de Outubro de 1998).

⁶ Clare Short (cit. in McNair, 1998: 144) chama-lhes “the people who live in the dark”, expressão que, na sua ambiguidade, tanto pode aludir aos jogos estratégicos e táticos deste tipo de fontes, como à diabolização que por vezes é alimentada nos meios jornalísticos.

por ser aquela que, no contexto desta análise mais nos importa, embora o façamos com a consciência de que a respectiva acção de comunicação não se circunscreve à vertente das relações com os media.

Poder-se-ia afirmar que o processo de mediação que o jornalismo constituía enquanto instância privilegiada passou a ser disputado, a montante, por fontes organizadas e profissionalizadas que vieram complexificar os processos de recolha e selecção (newsgathering e gatekeeping) das notícias.

Portugal conheceu também este fenómeno, com especial destaque nas últimas duas décadas. Apesar de insuficientemente estudado, ele é visível na multiplicação de instituições e serviços, na visibilidade de vários dos seus profissionais, no associativismo e nas publicações. E, se bem que escassos, há mesmo alguns indicadores da sua intervenção no campo jornalístico⁷.

Como observámos já, a diabolização deste tipo de instituições e de funções que se verifica muitas vezes, e em especial nos meios jornalísticos e dos estudiosos do jornalismo, não passa de um primarismo que tende a tomar a nuvem por Juno e, sobretudo que não contribui em nada - apesar de um discurso aparentemente radical e demolidor- para entender devidamente a extensão, natureza e implicações do novo fenómeno. O que nos falta é aprofundar e consolidar o esforço de compreensão do seu nascimento e implantação, da sua lógica de funcionamento, das suas práticas sociais, o que pressupõe que em lugar de o enaltecermos ou condenarmos, o submetamos à análise e o tornemos objecto de estudo e de investigação. De resto, se se geram tendências de interacção com os jornalistas e os media na base de práticas que provocam a susceptibilidade e afrontem as normas deontológicas que norteiam uma dada profissão, é provável ou pelo menos admissível que se desencadeiem, no próprio campo da comunicação empresarial ou institucional, mecanismos de adaptação, que passarão, em boa medida, pela consonância dos

⁷ Estrela Serrano (1998: 119), além de reconhecer “a escassez de estudos sobre as relações entre as fontes e os jornalistas” em Portugal, alude a um inquérito a jornalistas portugueses de diferentes meios da área da Grande Lisboa realizado pela Escola Superior de Comunicação Social, do qual se apurou que seis em cada dez profissionais (59,9%) utilizava predominantemente informações de fontes como assessorias de imprensa e gabinetes de relações públicas. Refira-se, por outro lado, que no 3º Congresso dos Jornalistas Portugueses, realizado em 1998, foi sugerido o estudo de um estatuto especial para os jornalistas que são assessores de Imprensa (distinguindo-os claramente daqueles que se dedicam à actividade publicitária).

profissionais do campo com os valores notícia ou critérios de noticiabilidade dos jornalistas⁸.

Do que acaba de ser dito decorre que nos parece um requisito básico para a elaboração da nossa análise o reconhecimento da legitimidade e esfera própria de autonomia de cada um dos campos referidos. Dizemos que tal reconhecimento nos parece básico, em primeiro lugar para chamar a atenção para uma igual dignidade decorrente de funções sociais, do saber, do saber-fazer e da cultura sócio-profissional próprias de cada campo. Em segundo lugar, parece-nos básico esse reconhecimento, para podermos analisar com mais rigor e criticidade a vasta paleta de interações possíveis entre eles, incluindo as formas de negociação, as zonas de conflitualidade e os riscos de fusão e de conluio.

Diríamos que o jornalismo procura dar publicidade às matérias - factos, eventos, declarações - que os jornalistas consideram ser de interesse público, ao passo que as fontes organizadas como promotores ou porta-vozes de instituições procuram dar publicidade às matérias que interessam a essas instituições. Estas movem-se, por conseguinte, por uma lógica privada - naturalmente legítima - mas privada, ainda quando procuram a visibilidade através dos media. E isto vale quer para instituições claramente privadas, do ponto de vista jurídico-económico, como sejam as empresas, associações e grupos da sociedade civil, quer se trate dos partidos políticos e dos órgãos do Estado (embora, neste último caso, com especificidades). A todos é comum uma lógica de funcionamento que assenta, nos termos goffmanianos em que Ericson et al. (1989) elaboraram a sua proposta, na adequada gestão da exposição e do encobrimento, da divulgação e do segredo, do palco e dos bastidores.

O interesse privado de uma grande parte das fontes organizadas e profissionalizadas leva-as a construir uma acção estratégica assente em dois grandes eixos: por um lado, conquistar acesso aos media, e não apenas a cobertura dos media; por outro lado, procurar gerir com o

⁸ É assim que um jornalista como João Carreira Bom, que se dedica há anos à comunicação estratégica, dizia recentemente: “Quanto maior for a vulnerabilidade e a preguiça dos jornalistas, mais perigosas podem ser as fontes organizadas e, entre elas, as agências. (...) As agências de comunicação valem pela qualidade do que transmitem aos jornalistas. Sabem que existe apenas uma forma eficaz de os ‘comprar’: com notícias dignas do nome. Os jornalistas, por sua vez, sabem como se livrar das fontes (e das agências) que só os chateiam: não publicando nada do que elas lhes enviam. Assim, é estranho que alguns se incomodem tanto com o alegado poder das agências e tão pouco, por exemplo, com certas limitações, impostas aos jornalistas por quem os contrata” (1998: 122-123). Assim, acrescentamos nós, não é estranho que muitos dos profissionais dessas agências sejam recrutados entre os profissionais do jornalismo.

máximo cuidado as tentativas dos jornalistas de aceder às áreas de bastidores das instituições a que estão ligadas⁹.

Os jornalistas, por sua vez, precisam de forma vital das fontes e dos seus serviços, pelo que têm de pôr em acção processos exigentes que permitam conciliar a colaboração produtiva da fonte e o distanciamento crítico que o trabalho jornalístico supõe. Existe nesse ‘comércio’ um terreno de encontros (e desencontros) altamente instável, que supõe uma permanente negociação (Santos, 1997) e que leva López-Escobar a referir-se-lhe como “um casamento de conveniência” (1988:521)¹⁰. Os jornalistas que convivem frequentemente com determinados meios onde a informação se obtém – e designadamente com centros de diferentes tipos de poder, com os quais mantêm relações não apenas de proximidade, mas mesmo de intimidade - correm o risco de interiorizar excessivamente a lógica das fontes e mesmo de se sentirem identificados com elas, a ponto de perderem de vista o destinatário primeiro da informação que produzem: o público (Bezunartea, 1998: 89).

Os riscos são, por conseguinte, significativos, não sendo o menor deles o de os jornalistas, nessa permanente negociação, deixarem, na prática, de o ser, para se converterem em coriféus dos poderes ou em simples comerciantes de informação. Como escreveu um dia Walter Lipmann (cit. in López-Escobar 1988: 528), “o compadrio é a maldição do jornalismo.

Não se julgue, no entanto, que os problemas dos jornalistas nascem apenas da convivência próxima com as fontes e da movimentação em zonas de acesso selectivo e reservado. Podem também surgir - e atrevemo-nos a aventar que surgem cada vez mais - das próprias condições de trabalho, subjectiva e objectivamente consideradas. Os recursos e a organização da redacção em que trabalham, o tempo outorgado pelas chefias para a apresentação dos trabalhos, os interesses e pressões provenientes dos grupos a que os órgãos de comunicação pertencem constituem outros tantos condicionalismos que limitam

⁹ Segundo Ericson et al. (1989), há que distinguri entre cobertura e acesso; a cobertura traduz-se no acesso das fontes às notícias, em termos de espaço ou de tempo; o acesso, por sua vez, prende-se não apenas com o espaço e o tempo, mas também com o contexto de representações favoráveis. Pressupõe, por isso, um maior poder de influência das fontes. Reciprocamente, poder-se-ia distinguir também, acesso dos jornalistas às fontes, da mera cobertura, o que dependeria dos diversos graus de acesso que as fontes podem permitir a diferentes jornalistas ou meios de informação ou as mesmos em momentos diferentes.

¹⁰ “Afinidade electiva” - assim lhe chama Ericson (1989, p.14).

ou potenciam o posicionamento dos profissionais face às suas fontes de informação. A estes condicionalismos há que juntar a formação inicial e permanente de que o jornalista possa dispor, a experiência acumulada e o estatuto na profissão e na empresa, sem esquecer a percepção sentida do clima de vigilância dos pares (e do público) quanto à tradução na prática nas normas ético-deontológicas em vigor. Estes são, individual e conjuntamente, aspectos que pesam de modos substancialmente diversos na qualidade de trabalho jornalístico e, logo, na qualidade da informação disponibilizada ao público.

No entanto, existe uma margem de manobra, uma dimensão de autonomia relativa no trabalho jornalístico que diversos autores puseram em evidência e que importa ter em conta. Assim como as fontes, embora precisando dos jornalistas e de se submeter aos seus critérios e às suas lógicas de actuação, têm o poder de gerir, facultar, redireccionar a informação e, mesmo de encenar, como via de chamar a atenção e adquirir visibilidade, também os jornalistas, tanto individualmente como enquanto grupo profissional, detêm um poder efectivo que não pode ser menosprezado. Desde logo, porque, como notou Bezunarte (1997:83), as fontes são património não do órgão de informação mas do próprio jornalista, património esse construído ao longo do tempo, num quadro com uma história mais ou menos prolongada de contactos, de interconhecimento, de mútua observação, em suma, de confiança. Daí que a familiaridade e convivência podem conter os riscos a que se aludia atrás, mas encerram igualmente virtualidades que podem revelar-se muito importantes para a qualidade do jornalismo. Por outro lado, se é certo que as fontes possibilitam diferentes graus de acesso à informação de que dispõem, também é verdade que os jornalistas não são meros intermediários ou observadores; têm um papel activo no material que seleccionam para divulgar, no enquadramento e contextualização das informações que obtêm junto das fontes e no destaque que lhes conferem ao nível da difusão. Por norma, sublinha Ericson et al. (1989: 14), “a notícia não é formulada segundo o contexto da fonte ou os critérios das testemunhas, mas reformulada segundo as normas do discurso noticioso”. E McNair (1998: 159) acrescenta, nesta linha, que se os media fizessem parte de uma cultura capitalista monolítica e unitária, no sentido dos aparelhos ideológicos de Estado propostos por Althusser, não seriam necessárias relações públicas, porquanto isso significaria que qualquer organização (política, económica ou outra) saberia

com certeza como é que os media iriam dar conta das suas actividades. Ora, nas democracias capitalistas avançadas, prossegue McNair, “é precisamente porque os media se abrem a vozes contestatárias e são imprevisíveis e opostos nas suas escolhas e nas suas necessidades de fontes que se tornaram de facto numa arena essencial para a luta ideológica e que um tipo de profissionais que dominam as técnicas dessa luta evoluiu no sentido de proporcionar apoio técnico aos que nela tomam parte” (1998:160).

É, todavia, evidente que o acesso a tal apoio técnico, isto é, aos serviços especializados e profissionalizados de comunicação institucional depende em larga medida de poder económico, o que desde logo coloca grande parte das fontes organizadas estreitamente associadas às elites sociais. Tal como foi sublinhado relativamente aos diferentes países do mundo (Chang, 1998), nem todos foram criados iguais para poderem ter acesso às notícias e aos media.

Mas também é verdade que há aspectos ligados não apenas à cobertura como também ao acesso aos media em que não é determinante apenas o factor económico. De facto, temos vindo a assistir, com uma extensão e frequência que conviria estudar e analisar com mais atenção, a uma capacidade notável de organizações e projectos, ligados a novos movimentos sociais, muitas vezes relativamente marginais face às lógicas dominantes dos sistemas sociais, conseguirem, não só momentanea mas mesmo continuamente, a atenção dos jornalistas. Algo de parecido ocorre com movimentações sociais ligadas a problemas de comunidades locais, e até gestos individuais¹¹, que parece terem, à partida, entrada assegurada na agenda mediática.

Tal fica a dever-se, em grande medida, à percepção da lógica da construção noticiosa - especialmente nas televisões - e dos valores-notícia que contam mais para quem gere e decide a informação, por parte de franjas de público mais atentas às tendências do campo jornalístico. Percebendo que as acções sociais existem e têm impacte tanto maior quanto mais visibilidade conquistem nos media, muitas destas iniciativas são concebidas e

¹¹ O recurso à greve da fome, por exemplo. Carlos Chaparro contava recentemente (‘Uma História Exemplar de Protagonismo’, in *O Ribatejo*, 5 de Agosto de 1999) o caso de um deficiente físico brasileiro que, depois de avisar a Redacção da Globo, “atacou à marretada a calçada sem rampas de um terminal rodoviário que diariamente precisa usar em Campinas, cidade onde vive, a cem quilómetros de São Paulo”. O impacte das imagens e das declarações foi tal (“Como quem deveria fazer não faz, eu tento fazer alguma coisa”), que a Prefeitura da cidade decidiu dar de imediato início à obra de construção de rampas de acesso ao terminal.

organizadas - não apenas na sua configuração, mas igualmente no seu calendário e no seu horário - a pensar nos media, quando não em articulação com eles¹². Torna-se, assim, possível aos media, mesmo com factos e ocorrências que aparentemente sobem à boca de cena como eventos espontâneos ou não programados, montar o espectáculo mediático-informativo, quer através do tempo, destaque e meios afectos à cobertura, quer mediante o recurso a fontes socialmente legitimadas para comentar e interpretar os dados e para recomendar acções de resposta. Estes são processos de amplificação e de dramatização, potenciados pelo recurso à emissão em directo e pela lógica imitativa dos media, essa espécie de “jogo de espelhos que se reflectem a si próprios” (Bourdieu, 1996: 25)

Quer a organização jornalística quer os jornalistas individualmente considerados deparam, por conseguinte, com uma pressão das fontes, em luta cada qual e muitas vezes entre si por adquirir visibilidade no espaço público. E o poder e responsabilidade político e sócio-cultural do jornalismo decorre, em grande medida, precisamente desta faculdade de definir linhas de actuação que implicam necessariamente, em qualquer circunstância, incluir e, sobretudo, excluir, atribuir importância, dar a ver e a conhecer.

Ao lado das fontes, jornalistas e redacções têm de lidar igualmente com as pressões e constrangimentos oriundos dos proprietários dos meios, dos anunciantes, dos lobbies e interesses políticos, sem esquecer a própria cultura profissional dos jornalistas (cf. McNair, 1998: 14; Soloski:1993). Neste confronto de lógicas, de interesses e de visões sobre o que é notícia e qual o seu papel na sociedade, os jornalistas e as empresas são permanentemente desafiados a conquistar e aprofundar o seu espaço vital próprio, com uma margem de acção que é frequentemente estreita. O jornalismo realiza-se, cada vez mais num quadro de ‘altas pressões’, e não é nem mero produto de determinações externas ou organizacionais nem agente social que actue sem fortes amarras e constrangimentos. Aquilo que ele é, faz-se num jogo complexo de interacções e de poderes, numa ‘dialéctica de controlo’ (Giddens, 1987:64) que assenta em relações de autonomia e de dependência. A qualidade do

¹² A isto chamou Boorstin, no início dos anos 60, ‘pseudo-eventos’. Ocupam um lugar e uma expressão crescentes, não apenas na vida política (Serrano, 1999), mas noutras esferas da acção social. A sua característica principal reside em ocorrerem e adquirirem relevância na media em que forem badalados pelos media.

jornalismo nunca é, por isso, uma conquista, mas resultado de uma luta permanente, que se perde ou que se ganha.

Mais ainda do que a luta pela qualidade, parece, porém, estar em causa a própria noção de jornalismo, o seu lugar e identidade, o seu contributo específico para a vida democrática. Perante as transformações mais recentes, alguns falam mesmo do ‘ocaso do jornalismo’ (Martínez-Albertos, 1997; Ramonet 1999). “Aquilo que conhecemos como ‘notícias’ parece em vias de desaparecer na nova constelação de fontes, estilos, objectivos e possibilidades”, observa Schudson (1996), aludindo, nomeadamente, ao uso sistemático do directo. Pela nossa parte, e como o dissemos noutra lugar (Pinto, 1999: 77), o quadro crítico do actual jornalismo remete antes de mais para um processo de redefinição do qual estamos ainda longe de ter uma percepção e uma compreensão adequadas.

Explorar:

- as fontes e o jornalismo na era da Internet

(a proliferação de informação e as novas competências que exige; novas possibilidades e problemas com as fontes: nova acessibilidade, independentemente da sua localização física; fontes que podem dirigir-se directamente ao público sem a mediação jornalística (Puente, 1999); a interacção com os públicos; o refazer da própria profissão: free lancers, stringers; transformação das audiências: “comunidades de interesses que transcendem as fronteiras geográficas e políticas” (Pavlic, 1999: 58); diluição de fronteiras entre o jornalismo e outras áreas das empresas jornalísticas tradicionais).

- as fontes e os públicos

(fontes dos públicos, fontes dos jornalistas, fontes das fontes; direitos e deveres dos públicos relativamente à referenciação das fontes, sua natureza e interesses; dependência das fontes e serviço do público (López-Escobar 1988: 528); quem do público se converte em fonte do jornalista).

- implicações para a formação em jornalistas e relações públicas.

Referências bibliográficas

- BESUNARTEA, Ofa; Mercedes del Hoyo; Florencio Martínez (1998) *Lecciones de Reportalismo*. Bilbao: Ediciones de la Universidad del País Vasco.
- BOURDIEU, Pierre (1996) *Sur la Télévision, suivi de l' Emprise du Journalisme*. Paris: Liber, 8ª ed.
- CAMINOS MARCET, Jose Maria (1997) *Periodismo de Investigación: Teoría y Practica*. Madrid: Ed. Síntesis
- CARREIRA BOM, João (1998) *A Perversão das Fontes*. Comunicação ao 3º Congresso dos Jornalistas Portugueses, Lisboa, 26 de Fevereiro a 1 de Março (Publicado nas Actas, edição da Comissão Executiva do 3º Congresso, Lisboa).
- CHANG, Tsang-Kuo (1998) 'All Countries Not Created Equal to Be News', *Communication Research* 25 (5), pp. 528-563.
- CHAPARRO, Manuel C. (1998) *Sotaques d'Áquém e d'Além Mar: Percursos e Géneros do Jornalismo Português e Brasileiro*. Santarém: Edições Jortejo.
- COMITTEE of Concerned Journalists (ed.)(1999) *Changing Definitions of News*. Washington (www.journalism.org/lastudy.htm), site consultado em 20.6.99.
- ESSER, Frank (1999) 'Tabloidization of News': a Comparative Analysis of Anglo-American and German Press Journalism', in *European Journal of Communication*, vol. 14, n.3, pp. 291-324.
- ERICSON, R.; P. Baranek; J. Chan (1989) *Negotiating Control: a Study of News Sources*. Toronto: University of Toronto Press.
- FRANKLIN, Bob (1997) *Newszak and News Media*. London: Arnold
- GOMIS; Lorenzo (1991) *Teoría del Periodismo: Cómo se Forma el Presente*. Barcelona: Paidós
- GIDDENS, Anthony (1987) *La Constitution de la Sociéte: Éléments de la Théorie de la Structuration*. Paris: Presses Universitaires de France (ed. orig.: Polity Press, 1984)
- LÓPEZ-ESCOBAR, Esteban (1988) 'El Informador Profesional entre las Fuentes y el Público', in López-Escobar, Esteban e José Luis Orihuela (eds.) *La Responsabilidad*

- Pública del Periodista. Pamplona: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra.
- MARTÍNEZ-ALBERTOS, J.L. (1997) *El Ocaso del Periodismo*. Barcelona: Editorial CIMS
- McNAIR, Brian (1998) *The Sociology of Journalism*. London: Arnold
- MESQUITA, Mário (1998) *O Jornalismo em Análise*. Coimbra: Ed. Minerva
- PAVLIC, John (1999) 'New Media and News: Implications for the Future of Journalists, in *New Media and Society*, vol 1(1), pp. 54-59.
- PINTO, Manuel (1999) 'O Jornalismo Como Campo Social e Como Domínio de Formação', in *Comunicação e Sociedade*, nº1 (Cadernos do Noroeste/Série Comunicação).
- RAMONET, Ignacio (1999) *La Fin du Journalisme*. Entrevista a ACRIMED (Action Critique Médias): www.samizdat.net/acrimed/bulletin/Ramonet.html
- SANTOS, Rogério (1997) *A Negociação entre Jornalistas e Fontes*. Coimbra: Minerva.
- SCHUDSON, Michael (1996) *New Technologies, Old Values ... and a New Definition of News*. Radio and TV News Directors Foundation.
- SERRANO, Estrela (1998) *As Relações entre a Comunicação Institucional e o Jornalismo*. Comunicação ao 3º Congresso dos Jornalistas Portugueses, Lisboa, 26 de Fevereiro a 1 de Março (publicado nas Actas, edição da Comissão Executiva do 3º Congresso, Lisboa).
- SERRANO, Estrela (1999) *Jornalismo e Elites do Poder*. Comunicação apresentada ao 1º Congresso da SOPCOM (Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação. Lisboa (polic.).
- SOLEDAD V, Puente (1999) 'Que És Ser Periodista en la Era de Internet', in *Pulso del Periodismo* (www.pulso.org/espanol/articulos/soledad.htm)
- SOLOSKI, John (1993) 'O Jornalismo e o Profissionalismo: Alguns Constrangimentos ao Trabalho Jornalístico', in Nelson Traquina (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e 'Estórias'*. Lisboa: Vega Sage (texto originalmente publicado em 1989).